

1968 Cinquentão: rebeldia e integração

1968 Fifty: rebellion and integration

Marcelo Siqueira Ridenti

Professor Titular de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Autor dos livros: *Brasilidade revolucionária - um século de cultura e política* (Ed. Unesp, 2010), *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv* (Record, 2000), *O fantasma da revolução brasileira* (Ed. UNESP, 2010), *Classes sociais e representação* (Cortez, 1994), *Professores e ativistas da esfera pública* (Cortez, 1995) e *Política pra quê?* (Atual, 2011).

Submetido em: 10/03/2018

Aceito em: 10/04/2018

DOSSIÊ

RESUMO

Este artigo inicialmente retoma questionamentos sobre a apropriação das lutas diversificadas de 1968 nos eventos de celebração que se repetem a cada dez anos em âmbito internacional, que tendem a despolitizá-las e a separar os domínios da cultura e da política. O tema da institucionalização foi destacado, mostrando como lutas contra-hegemônicas foram absorvidas pela ordem estabelecida, que incorporou aspectos das reivindicações para legitimar-se e reproduzir-se, fazendo, no entanto, concessões reformistas que melhoraram a vida cotidiana. Aponta-se, por fim, a tendência recente de analisar os aspectos internacionais que conectavam os movimentos de 1968 no mundo todo, não como pano de fundo para análises das especificidades locais, mas enfatizando as conexões transnacionais entre elas.

PALAVRAS-CHAVE: 1968, *global sixties*, celebrações de 1968, revolução.

ABSTRACT

This article initially addresses issues about the appropriation of the diversified struggles of 1968 in celebratory events that are repeated every ten years in many countries. They tend to depoliticize the analysis of 1968 and to separate the domains of culture and politics. The theme of institutionalization was highlighted, showing how counter-hegemonic struggles were absorbed by the establishment, which incorporated aspects of the claims to legitimize and reproduce the order, making, however, reformist concessions that improved daily life. Finally, we point out the recent tendency to analyze the international aspects that connected the movements of 1968 throughout the world, not as a background for studies of local specificities but by emphasizing the transnational connections between them.

KEYWORDS: 1968, *global sixties*, 1968 celebrations, revolution.

RESUMEN

Este artículo inicialmente retoma cuestionamientos sobre la apropiación de las luchas diversificadas de 1968 en los eventos de celebración que se repiten cada diez años a nivel internacional, que tienden a despolitizarlas y separar los dominios de la cultura y de la política. El tema de la institucionalización fue destacado, mostrando cómo luchas contra-hegemónicas fueron absorbidas por el orden establecido, que incorporó aspectos de las reivindicaciones para legitimarse y reproducirse, haciendo, sin embargo, concesiones reformistas que mejoraron la vida cotidiana. Se apunta, por fin, la tendencia reciente de analizar los aspectos internacionales que conectaban los movimientos de 1968 en todo el mundo, no como telón de fondo para análisis de las especificidades locales, sino enfatizando las conexiones transnacionales entre ellas.

PALABRAS CLAVE: 1968, *global sixties*, celebraciones de 1968, revolución.

Celebrações e questionamentos

Uma pergunta é frequente quando se fala na década de 1960, particularmente no ano de 1968: ele envolveria um processo histórico encerrado no passado ou continuaria vivo? A resposta a essa questão depende da perspectiva sob a qual se olha aquele ano mítico, que, ao mesmo tempo, acabou e sobrevive. Talvez 1968 seja de fato um momento do passado, se o pensarmos como marco da vaga de radicalização política caracterizada pela força de visões de mundo e estruturas de sentimento rebeldes e revolucionárias - com a difusão do sentimento generalizado de que transformações sociais, políticas e existenciais profundas eram iminentes tanto no âmbito estritamente político como no cotidiano das pessoas, e de que o mundo caminhava para elas, indo além da polarização da Guerra Fria para encontrar novos caminhos de organização social, política, econômica e cultural.

Nesse sentido, tem sido comum datar a época de 1968, por exemplo, entre a revolução cubana de 1959 e o fim da guerra do Vietnã em 1975 (Traverso, 2016, p. 18), ou então com outros marcos de início e fim, em geral da segunda metade dos anos 1950 a meados dos 1970. Pontos de partida poderiam ser - a depender do enfoque - a Conferência de Genebra de 1954, que oficializou a saída francesa do Vietnã; a Conferência de Bandung de 1955, com o surgimento do movimento terceiro-mundista; a denúncia dos crimes de Stálin no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1956; entre outras possibilidades de datação. O fim do período poderia ser o esgotamento do sistema monetário internacional de *Bretton Woods* em 1971, o golpe contra o governo Allende no Chile em 1973, e assim por diante, sendo o término da Guerra do Vietnã o marco mais comumente referido.

As épocas – como a de 1968–, em que certas perspectivas se tornam referências para as ações sociais, não se aprisionam em datas precisas. Estas são apenas simbólicas e propostas para efeito analítico-expositivo, ainda mais considerando que há zonas cinzentas nas fronteiras das épocas. As maneiras de ver o mundo – e de agir sobre ele – que marcam determinada época não são, entretanto, as únicas, nem necessariamente hegemônicas, pois não desaparecem outras maneiras de ver, sentir, pensar e agir, que frequentemente permanecem com força e fazem parte das disputas políticas e ideológicas.

O momento específico do ano de 1968, além de simbolizar uma época de questionamentos variados e radicais da ordem estabelecida, provavelmente já contivesse em si os germes da época seguinte, que seria caracterizada por certo individualismo considerado neoliberal e pós-moderno. Estabelecer um marco cronológico para o fim da época de 1968, portanto, não significa que já não há possibilidade de transformações estruturais nas sociedades contemporâneas, nem elimina o tema da revolta, da revolução, do inconformismo com a ordem estabelecida, de que 1968 é um emblema. Apenas passou o contexto histórico que dava a impressão de que mudanças radicais seriam iminentes, quando havia um sentido de urgência transformadora, disseminado em amplos setores sociais que se mobilizavam.

Ao contrário do que ocorria em 1968, hoje prevalece a sensação de que não há alternativa à organização social e política do mundo, sendo possível no máximo reformas pontuais para se adaptar a ela. As forças da ordem triunfaram em toda parte e derrotaram as revoluções, mas para isso tiveram de incorporar a seu modo demandas dos manifestantes, com avanços em direitos trabalhistas, das mulheres, dos negros, homossexuais e outros.

Desse prisma, pode-se pensar 1968 para além de um símbolo de revolta e revolução, ele poderia ser entendido também como a necessidade de transformações moleculares, do reconhecimento de vários sujeitos políticos, de afirmações identitárias, e nesse sentido ele estaria mais vivo que nunca. De fato, a partir de 1968 muitas coisas mudaram no comportamento social; uma das mais notórias é a relação entre os sexos, mais abertas e menos desiguais do que anteriormente. As novidades dos movimentos sociais, políticos e culturais de 1968 seguiram marcando as sociedades, que continuamente têm lembrado aquele ano, especialmente nos seus aniversários de década, com celebrações em 1978, 1988, 1998, 2008 e, agora no cinquentenário, em 2018. Afinal, a vida social e política posterior teria um forte laço de continuidade com aquele ano, sempre reinterpretado à luz do presente, numa espiral

analítica que nunca se fecha.

As celebrações, entretanto, frequentemente tendem a reduzir 1968 a um movimento cultural de jovens idealistas que mudaram os costumes nas sociedades nos anos seguintes. Seria um 1968 bem-comportado e incorporado ao status quo, uma vez superados os arroubos radicais da época. Ferry e Renaut (1988) chegaram a interpretar os acontecimentos de Maio na França como expressão de um hedonismo libertário que seria um sintoma do triunfo do individualismo no mundo contemporâneo, um movimento que venceu culturalmente, apesar de sua derrota política.

Kristin Ross (2010) tem sido uma das autoras mais críticas da apropriação de 1968 pela ordem estabelecida nas celebrações do evento a cada dez anos. Tratando do maio francês, ela apontou vários aspectos da assimilação de 1968 à ordem que ajudam a compreender o tema em outros contextos nacionais e internacionais. Ross questionou as interpretações que esvaziaram as dimensões políticas de maio de 1968, presentes nas comemorações de 1978, 1988 e 1998. Contestou antes de mais nada o que chamou de “versão biográfica” ou de personalização dos eventos, que reduziria um movimento de massas a itinerários de alguns líderes, porta-vozes ou representantes, expressando a angústia existencial de destinos individuais de personalidades. A esse “método ou tendência subjetiva” viria somar-se uma “versão sociológica” igualmente mistificadora, propagada em espetáculos comemorativos na mídia. Seria “o método ou tendência estrutural”, que ela resume como

drama familiar ou geracional, totalmente desprovido de violência, de asperezas ou de dimensão política declarada, uma transformação benigna dos costumes e estilos de vida inerentes à modernização da França e a sua passagem de uma ordem burguesa autoritária a uma nova burguesia moderna e economicamente liberal (Ross, 2010, p. 15).

Segundo Ross, a história oficial propagaria a versão de que a sociedade capitalista de hoje representaria a realização das aspirações mais profundas do movimento de maio de 1968, não seu desvirtuamento ou derrota. Haveria uma “teleologia do presente”, como se a história passada tivesse necessariamente que desembocar nele, perdendo de vista as alternativas que buscavam ou imaginavam outros resultados, diferentes dos efetivamente produzidos. Ela contestou, em suma, o que chamou de versão oficial de sociólogos e militantes arrependidos, que formulariam “categorias de efeitos despolitizantes”, como geração ou meio estudantil, para interpretar o movimento de 1968, visto como “afirmação do status quo, uma rebelião a serviço do consenso, uma revolta geracional da juventude

contra a rigidez estrutural que bloqueava a necessária modernização cultural da França” (Ross, 2010, p. 15).

Ao contestar as celebrações que reproduziam o lugar-comum de revolta juvenil com aspectos poéticos e de mudança nos estilos de vida, seu livro propôs reconstituir o clima político da época, interpretando 1968 como “recusa massiva de continuar a conceber o social de modo tradicional, como conjunto de categorias separadas e estreitas”. Buscou realçar aspectos esquecidos ou minimizados pelas comemorações de 1968: lembrar que o capitalismo, o imperialismo e o gaullismo eram alvos ideológicos do movimento; a importância da greve geral que paralisou a França; que 1968 não se restringiu a maio, mas sintetizou cerca de 15 a 20 anos de radicalismo político, expressando a emergência de um marxismo crítico, distante do soviético; que os acontecimentos foram além das fronteiras de Paris e do *Quartier Latin*; que a crítica à guerra do Vietnã e ao imperialismo americano teria sido o único fator internacional com um papel maior nos eventos franceses; que a aspiração mais profunda dos anos 1960 teria sido a igualdade, não uma busca individualista e espiritual de liberdade e autonomia pessoal. Ross propôs que a politização da juventude das classes médias francesas seria inseparável de suas relações com os trabalhadores e os militantes anticolonialistas terceiro-mundistas, figuras esquecidas pela história oficial.

Ao perder de vista a ideia da força de 1968, que seria a união da contestação intelectual e da luta dos trabalhadores, teria restado à história oficial a

prefiguração de uma contracultura emancipadora, uma metafísica do desejo e da liberação, a repetição geral de um mundo constituído de máquinas desejantes e de indivíduos autônomos irremediavelmente enraizados em sua experiência subjetiva” (Ross, 2010, p. 25).

Em síntese, a história oficial teria reduzido 1968 a um acontecimento cultural, quando em verdade a política exerceria uma atração tão irresistível sobre a cultura, que a levou a renunciar a toda autonomia, fundindo-se com os movimentos, como por exemplo na produção de cartazes fixados nas ruas de Paris.

Assim como Ross, Pierre Le Goff (2006, p.16) detectou que as celebrações do vigésimo aniversário de 1968 na França louvaram o papel positivo dos movimentos daquele ano na mudança dos costumes e da cultura. A sociedade francesa posterior teria incorporado as noções de autonomia

individual, transparência e cidadania. Só que, no contexto do final dos anos 1980, já não haveria mais risco em desejar sem limite, nem na revolta da juventude, a autonomia individual teria sido erigida como absoluto pela ordem estabelecida (Le Goff, 2006, p. 16, 465).

As críticas à celebração de 1968 voltavam-se para combater interpretações como a de Cohn-Bendit, um dos líderes do movimento, por exemplo em seu livro *Forget 1968* (2008), com o título em inglês na edição original em francês. Propunha-se a esquecer 1968, pois “o mundo de hoje não é mais o de 68”, o contexto seria outro (Cohn-Bendit, 2008, p. 118), em parte como fruto da vitória cultural do movimento: 1968 na França teria sido expressão de uma revolta planetária contra a moral predominante, autoritária e puritana. Colocavam-se sobretudo a autonomia e as escolhas de vida dos indivíduos, não essencialmente a luta contra o capitalismo no Vietnã ou o totalitarismo soviético: “o começo dos anos 68 é, em realidade e antes de tudo, uma revolta pela vida cotidiana, a música, a relação entre os homens e as mulheres, a vida, a sexualidade, a liberação” (Cohn-Bendit, 2008, p.50). Só uma minoria dos que fizeram 1968 sonharia com uma revolução, queriam mesmo era “poder sobre suas próprias vidas”, “elaborar juntos uma nova sociedade, nova maneira de viver” (Cohn-Bendit, 2008, p. 51, 58, 64). Evocando sua memória, dizia: “eu me embalava no sonho de uma sociedade se emancipando da alienação capitalista para viver em plena liberdade sua própria autonomia, uma sociedade de conselhos baseada na autogestão” (Cohn-Bendit, 2008, p. 58). 1968 significaria “o fim do mito revolucionário, o fim da revolução e o início dos movimentos de liberação que continuaram nos anos 70, 80 e até hoje” (2008, p. 59).

Não faltam acadêmicos cuja interpretação vai na mesma toada. Por exemplo, recentemente Odd Arne Westad escreveu que “1968 na imaginação global era sobre várias coisas diferentes. O máximo que se pode generalizar é que não foi prioritariamente sobre revolução, ou luta de classe, ou mesmo feminismo. Foi sobre autonomia, muito frequentemente mais pessoal e individual que coletiva” (Westad, 2018, p. XXII).

Nos termos de Cohn-Bendit (2008, p.97), “a revolta de 68 e o que a sucedeu ganhou culturalmente mas perdeu politicamente”. Sucede que, como apontou outro intelectual atuante em 1968, “se o esquerdismo cultural triunfou, foi ao preço de uma despolitização da sociedade, e da ascensão de um individualismo exacerbado e de um novo conformismo” (Le Goff, 2006, p. 20). Não teria sido, portanto, propriamente um triunfo. Mesmo na chamada “revolução sexual de 1968”, a área em que teria

havido um dos maiores legados incorporados ao cotidiano posterior, é questionável que o movimento tenha de fato triunfado, como argumentou Jean-Claude Guillebaud (1999). Afinal, a conquista sexual foi bem digerida pelo sistema, incorporada por um mercado que passou a impor uma “tirania do prazer”, submetendo a sexualidade à “racionalidade da mercadoria”.

Para usar um conceito antigo – mas nem por isso ultrapassado – de Antonio Gramsci, posteriormente reelaborado por autores como Raymond Williams, os movimentos de 1968 podem ser analisados como experiências de contra-hegemonia que depois foram incorporadas à ordem hegemônica das sociedades de mercado, com sua capacidade de assimilar a contestação e lhe dar formas adaptadas ao status quo, institucionalizando-a na medida do possível para reproduzir o sistema, o que não quer dizer necessariamente que a vida cotidiana não tenha melhorado.

Institucionalização das reivindicações

Conquistas posteriores – como a eleição de deputados ambientalistas, avanços trabalhistas, leis favoráveis às mulheres e a aprovação de propostas como o casamento gay – são por vezes consideradas como resultado dos movimentos de 1968. Talvez sejam, mas por vias indiretas, em outro contexto, como apropriações da ordem estabelecida de iniciativas que foram por vezes radicais e anti-institucionais em sua origem. Em 1968, por exemplo, contestava-se o casamento como instituição burguesa; no contexto original não caberia falar em direito de homossexuais de fazer parte dessa instituição, que afinal deveria ser abolida. Um exemplo brasileiro expressivo foram as lutas de estudantes e docentes em 1968 por uma reforma universitária profunda, ampla e democrática, que não se realizou, mas levou os governos da ditadura – temerosos da reação estudantil – a manterem a gratuidade do setor público do ensino superior (ao lado do incentivo à privatização), negociando com setores acadêmicos para promover uma reforma que daria frutos e geraria avanços, sendo até hoje a base da organização do ensino superior e da pós-graduação. Isso não significa que houve uma vitória cultural das lutas de 1968, mas sim que elas influenciaram a incorporação de algumas de suas reivindicações em termos razoáveis para os donos do poder, que promoveram certa modernização conservadora também nessa área, buscando acomodar os vários interesses em jogo, como bem mostrou por exemplo Rodrigo Patto Sá Motta (2014).

O questionamento da “democracia burguesa” também marcou as lutas de 1968, particularmente em setores estudantis e operários na Europa Ocidental, que desenvolveram propostas de autogestão e

de democracia direta. Nos termos do líder estudantil alemão Rudi Dutschke, que logo seria assassinado num atentado de extrema direita: “Se dissermos uma oposição extraparlamentar, queremos dizer que nós pretendemos um Sistema de democracia direta – e na verdade de democracia de conselhos que permite às pessoas escolher ou destituir do cargo seu representante temporário” (Cohn-Bendit, 2008, p.76). Não caberia identificar nos movimentos de 1968 a busca pelo reconhecimento parlamentar, tanto que Cohn-Bendit apontou retrospectivamente a relação com o poder como principal falha de 1968 na Europa, sintetizada no equívoco da palavra de ordem “*élection, piège au cons*” (em tradução livre, “eleição, armadilha para idiotas”). O erro estaria em não compreender que a tomada do poder “sem passar pelo processo democrático, eletivo e parlamentar, é sinônimo de totalitarismo” (2008, p. 60). Com base nesse tipo de autocrítica, Cohn-Bendit tornou-se parlamentar posteriormente, eleito pelos Verdes.

Vários acadêmicos também lastimaram a ojeriza à política institucional em 1968. Para ficar no exemplo já mencionado, Odd Arne Westad constatou que a nova esquerda ocidental não se articulou com o eurocomunismo, mas sim com os movimentos revolucionários do terceiro mundo, “achou mais fácil idealizar grupos rebeldes distantes do que trabalhar com a esquerda tradicional em seus próprios países” (Westad, 2108, p. xxii)

Pierre le Goff (2006, p. 136) citou palavras de Cohn-Bendit no imediato pós-maio de 1968, que atestavam a motivação inovadora e anti-institucional da luta: “prisioneiros dos limites da democracia burguesa, nem a polícia, nem o exército, nem a justiça são suficientes para conter o processo revolucionário que multiplica os centros de intervenção, grupos autônomos e coordenados”. Conforme já foi frisado, a posição do líder franco-alemão mudou posteriormente, assim como a de muitos outros integrantes dos movimentos de 1968, o que é legítimo, mas não se deve confundir com o sentido original do movimento.

Outro que tomou um rumo parlamentar foi Henri Weber (1998), intelectual e líder trotskista em 1968, depois convertido ao socialismo institucional francês. Para ele, 1968 foi um movimento internacional de geração, sobretudo no mundo capitalista desenvolvido. As características morfológicas do maio francês seriam: movimento internacional, prolongado, juvenil e esquerdista, tendo como balizas históricas geracionais: as reminiscências dos anos 1930 e 1940, o impacto das revoluções coloniais, a crise do stalinismo, a expansão e a mutação do capitalismo, gerando ao mesmo tempo otimismo e contestação cultural (1998, p. 95). Se Cohn-Bendit lembrou 1968 como revolta, Weber o qualificou como

revolução, apontando o equívoco de considerá-lo como derrota política e vitória cultural, pois

O movimento de Maio é simultaneamente e indistintamente político (democracia direta, ultraigualitarismo) e cultural (busca de autenticidade, de preocupação por si, do 'direito de ser você mesmo', de fixar por si mesmo suas próprias normas). (Weber, 1998, p. 175)

Mas ele minimizou o antirreformismo do movimento: a palavra de ordem “eleição-traição” teria sido algo restrito aos “grupúsculos de esquerda”. De uma perspectiva de quem já aderira ao Partido Socialista e seria futuro senador, Weber relia o passado à luz da nova identidade, valorizando os efeitos institucionais do movimento: “o balanço de Maio de 68 é com efeito largamente positivo: no meio dos anos 70, a sociedade francesa tornou-se muito mais liberal – no sentido político e cultural do termo –, mais democrática, mais hedonista, mais solidária, mais igualitária também que nos anos 50 ou 60” (Weber, 1998, p. 5).

No Brasil, Daniel Aarão Reis (1997) foi um dos pioneiros em criticar as versões do passado de 1968 reconciliadas com o presente. Elas apontariam para os “movimentos revolucionários dos anos 60 como uma grande aventura, no limite da irresponsabilidade” (Reis, 1997, p. 34). Ele detectou afinidade com seu tempo no êxito editorial dos livros de Fernando Gabeira (1979) e de Zuenir Ventura (1988), que reinterpretaram as lutas dos anos 1960, buscando “reavivar a memória para conciliar”, no contexto do processo de democratização da sociedade brasileira. Davam versões palatáveis das lutas dos anos 1960, reconstituindo “o passado sem se atormentar com ele”, caindo no gosto do público que desejava relembrar a história recente sem dor ou remorso. Outra versão mistificadora seria a de que a esquerda armada do período constituiu uma resistência democrática, ocultando seu sentido revolucionário, como se a sua luta tivesse sido uma espécie de estágio para a democracia brasileira tal qual posteriormente estabelecida, legitimando a institucionalização dos antigos revolucionários (Reis, 2000).

Por sua vez, Irene Cardoso (1999, p.140-141) apontou que as escolhas de caráter cada vez mais institucional das esquerdas brasileiras a partir do final dos anos 1980 tenderam a eclipsar experiências anteriores, não só as lutas radicais de 1968, mas também outras expressões questionadoras da institucionalização, como os “novos movimentos sociais” da segunda metade dos anos 1970 e início dos 1980, que por sinal criticavam o passado vanguardista das esquerdas dos anos 1960, passando a valorizar a democracia e a experiência vivida das classes trabalhadores em oposição à ditadura, ao

Estado e à ordem social capitalista. Ela citava Claude Lefort para dizer que um movimento retém do passado o que lhe convém à sua representação do presente. Haveria certa dificuldade de uma esquerda que assumia seu caráter institucional de se defrontar com “alternativas diversas de orientação política”. A autora não propunha restaurar o passado, mas “pensá-lo e reelaborá-lo”, sem o que sua superação seria difícil.

Se há um aspecto das lutas de 1968 que costuma ser minimizado ou até esquecido – fossem elas mais diretamente políticas ou de mudança comportamental – é que havia uma crítica da institucionalidade que chegava ao extremo de arriscar a própria vida. Por exemplo, ao analisar um poema tropicalista de Torquato Neto, que pouco tempo depois se matou, Walnice Nogueira Galvão (1999, p.166) detectou a “incorporação de uma experiência limítrofe e sem retorno. Além dela, talvez a dissolução, a morte ou, talvez, o impossível”. Esse aspecto era particularmente notável na esquerda armada do período, como já apontei anteriormente (Ridenti, 1993). Nos termos de Walnice Galvão (1999, p. 166), “tanto a experiência armada como a Tropicália, libertando-se do plano do controlável, consistiram na convocação do próprio sujeito de ir ao extremo (ou além) de si mesmo”. Era o caso do personagem Paulo Martins do filme *Terra em Transe*, que Glauber Rocha dirigiu em 1967, considerado inspirador da Tropicália (Velo, 1997; Schwarz, 1978). Ao final do filme, o personagem, um poeta e jornalista que apoiara um governo populista que foi derrubado num país imaginário da América Latina, morria com uma arma na mão, em luta de resistência revolucionária, proclamando que sua morte representava o triunfo da beleza e da justiça. Exemplo ao mesmo tempo da politização da estética e da estetização da política que marcaram o período, atestando o equívoco de analisar política e cultura separadamente, em especial no contexto dos anos de 1968.

A aposta radical nas experiências de vida – no limite, podendo levar à morte – estava presente tanto no aspecto mais comportamental dos movimentos de 1968 (são inúmeros os casos de falecimento pelo consumo de drogas, suicídio e outros, de que são emblemáticos os exemplos internacionais dos músicos Janes Joplin e Jimmy Hendrix), como no terreno mais especificamente político. Neste, a morte de Che Guevara na Bolívia em 1967 serviria de paradigma para os que arriscavam a pele para mostrar suas verdades, submetendo-se à repressão implacável das forças da ordem até mesmo nos países democráticos, de que constitui exemplo a libertação somente em 2016 do ativista dos Panteras Negras Albert Woodfox, depois de passar 43 anos preso em uma solitária, um recorde nos Estados Unidos.

Cinquentenário: internacionalização

Com a passagem do tempo, os agentes e os contemporâneos da época de 1968 estão velhos ou já faleceram, abrindo espaço crescente para abordagens mais distanciadas do tema, em geral produzidas na universidade. Isso não significa necessariamente que se logre mais objetividade, pois as grandes questões de 1968 ainda não foram equacionadas pelas sociedades contemporâneas, nem da perspectiva que identifica a busca da autonomia dos sujeitos como o aspecto comum aos mais diversos movimentos pelo mundo afora, nem da perspectiva que detecta a luta pela igualdade como o fator convergente. A menos que se reduzam as lutas de 1968 à dose de questionamento de que o sistema precisou para se renovar, a riqueza dos aspectos contestadores envolvidos ainda ecoa no presente, o que influencia a análise produzida.

Habitualmente, os estudos sobre 1968 começam por constatar o caráter internacional e simultâneo de uma série de eventos políticos e culturais contestadores, dos mais diversos, como o maio libertário dos estudantes e trabalhadores franceses; o massacre de estudantes na Praça das três culturas em outubro no México; as insurgências estudantis no Japão, na Alemanha, na Itália e muitos outros países; as revoluções de libertação nacional (a cubana de 1959, a independência da Argélia em 1962, a guerra no Vietnã, as lutas nas colônias africanas portuguesas e outras); a “revolução cultural proletária”, em curso na China em 1966, que aos olhos de adeptos ocidentais parecia contestar o socialismo burocrático de inspiração soviética; o movimento pacifista dos *hippies*; o desafio existencial da contracultura; a organização de guerrilhas na América Latina; a “Primavera de Praga” e outras tentativas de criar alternativas dentro do bloco soviético; as manifestações nos Estados Unidos, na Inglaterra e em toda parte contra a guerra no Vietnã. Enfim, os estudos em geral começam por constatar os mais diversos sentimentos e práticas de rebeldia contra a ordem e de revolução por uma nova ordem que se influenciavam mutuamente no contexto do fim dos anos 1950 até meados dos 1970, particularmente no ano de 1968. Mas, feita essa constatação, a tendência é concentrar cada investigação em um caso nacional específico: o maio francês, o 1968 brasileiro, o movimento estudantil no Japão, a contracultura nos Estados Unidos e assim por diante.

Esse cenário começou a mudar com o aumento de estudos que focam especificamente o caráter internacional e inter-relacionado dos fenômenos de 1968, não como pano de fundo, mas como centro mesmo da pesquisa, em parte acompanhando uma tendência geral da historiografia recente,

com destaque para um olhar menos centrado na Europa e nos Estados Unidos. Talvez o melhor exemplo que expresse esse fenômeno tenha sido a edição recente do livro *The Routledge Handbook of the Global Sixties: Between Protest and Nation Building* (Jian et al., 2018). A obra traz no título a complexidade da empreitada: usa ao mesmo tempo os termos consagrados “protesto”, “construção nacional” e a denominação difundida nos últimos anos, como os “60 globais”, que acentua as conexões transnacionais dos fenômenos do período. A própria datação foi objeto de controvérsia já no prefácio de Odd Arne Westad sobre o “1968 global”, que segundo ele faria parte mais dos “longos anos 70” do que dos 60, por trazer questões mais conectadas com o que viria depois do que com o contexto histórico que o precedeu, tendo sido um começo, não um ponto final.

Na introdução, Martin Klimke e Mary Nolan explicavam a proposta do livro: estudar 1968 como uma rebelião global, com escopo amplo, além de Europa Ocidental e EUA, abrangendo também e especialmente África, Ásia, Europa Oriental, Oriente Médio e América Latina, para dar conta tanto das particularidades locais e nacionais como das conexões transnacionais múltiplas entre os diversos protestos, movimentos e contraculturas. Buscavam reconstruir redes Sul-Sul multidirecionais e fluxos de ideias, ativistas e repertórios de protesto, além de investigar as trocas bilaterais entre o Sul e o Norte, tanto na esfera de influência comunista como a capitalista democrática. Segundo eles, o que unia movimentos tão diversificados e seus atores seria a insatisfação com o status quo político, socioeconômico e cultural existente, lançando um desafio à ordem doméstica e internacional como a viam (Klimke; Nolan, 2018, p. 6)

A proposta – que reuniu 41 capítulos sobre os mais diversos temas e países em conexão com o contexto global da época – foi pesquisar não só as vinculações transnacionais postas por uma mídia cada vez mais mundializada, mas também as trocas e visitas acadêmicas, os programas de intercâmbio estudantil, as experiências de trabalhadores migrantes e outras, os programas internacionais dos diversos países, seus foros de discussão e de organização transnacional. Nos termos do instigante capítulo de Victoria Langland sobre o 1968 brasileiro, que expressa bem uma corrente de investigação que se desenvolve e consolida, “invocar a escala global dos anos 1960 não significa perder de vista as complexidades e contingências do local. Antes, significa levar em conta os aspectos verdadeiramente transnacionais dos anos 1960 globais, ou os modos pelos quais a parte global dos 1960 ajudou a constituir a parte local e vice-versa” (2018, p. 24).

A pertinência desse tipo de abordagem transnacional não deve esconder que também ela tem sua historicidade, está vinculada ao tipo de conhecimento produzido hoje em dia. Qualquer aluno de programa de pós-graduação logo aprende a palavra mágica preferida das agências de fomento à pesquisa: internacionalização. O livro em questão, independentemente de seu mérito, é um bom exemplo do conhecimento transnacional em voga: ele resulta de seminários realizados nos campi da *New York University*, na sua sede americana e também nas de Xangai e Abu Dhabi. Imagine o que um militante de 1968, crítico da organização universitária estabelecida e do imperialismo, diria na época de um empreendimento como esse, de uma das mais prestigiosas academias da metrópole americana e de suas sedes em locais que não seriam exemplos de democracia nem de socialismo, do ponto de vista contestador de 1968. Isso não afeta a qualidade do livro, mas diz muito sobre como as lutas dos anos 1960 e os estudos sobre elas foram institucionalizados e tornaram-se pouco ofensivos ao sistema, independentemente de trazerem propostas de conhecimento realmente interessantes, como é o caso.

Num contexto de internacionalização do conhecimento, que incentiva o intercâmbio de alunos e professores, era de esperar que também as investigações sobre os anos 1960 ganhassem uma dimensão mundializada, ainda mais que o próprio objeto é carregado de articulações internacionais. Em 1968 o mundo já se tornara uma “aldeia global”, na expressão do sociólogo canadense Marshall McLuhan, que se tornou célebre na época, ao anunciar o fim da era da imprensa escrita e sua substituição pela era da comunicação audiovisual imediata em toda parte. A difusão das notícias e modos de vida na aldeia global constitui um dos aspectos para compreender a generalização internacional de eventos como as manifestações estudantis ou os protestos contra a guerra do Vietnã. Mas havia muitas outras articulações internacionais em jogo, que merecem análise, como a organização dos países do terceiro mundo – por exemplo, a partir da Tricontinental de 1966 em Cuba –; o papel das organizações ligadas às Nações Unidas, caso da Comissão Econômica para a América Latina, sediada em Santiago do Chile; os intercâmbios estudantis e acadêmicos patrocinados pelos Estados Unidos, pela União Soviética e outros países; os congressos internacionais da juventude; os festivais e mostras internacionais de teatro, cinema, literatura, música e artes plásticas; a articulação transnacional de aparelhos repressivos, tanto no âmbito dos países do terceiro mundo (caso da célebre operação Condor, de colaboração e intercâmbio de informações compartilhadas entre os regimes militares do Cone Sul), como no que se refere às ligações das polícias locais com suas congêneres no exterior, principalmente em países centrais como os Estados

Unidos e a França.

Na América Latina em geral, e no Brasil em particular, têm sido vários os exemplos de pesquisas que se debruçam sobre as articulações internacionais para compreender os anos de 1968. Para ficar em alguns poucos exemplos recentes, veja-se o livro de João Roberto Martins Filho (2018) sobre as conexões do aparelho repressivo brasileiro com o britânico durante a ditadura militar, de certo modo inesperadas, pois os interlocutores principais do Brasil na esfera da repressão eram os Estados Unidos e a França, entre os países democráticos. Já Larissa Corrêa (2017) escreveu um livro sobre “as relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar”. Por sua vez, Dária Jaremtchuk (2014) vem investigando o acolhimento de artistas plásticos brasileiros em Nova York nos anos 1960 e 1970, onde se integraram ao mercado internacional de arte. Eu mesmo tenho pesquisado as relações de setores da intelectualidade brasileira com o Congresso pela Liberdade da Cultura, sediado em Paris e financiado pelos Estados Unidos, tema também de pesquisas de Cancelli (2012), Iber (2015), entre outros. Até mesmo em países da América Latina até agora menos estudados, como o Uruguai (Markarian, 2017; Marchesi, no prelo) e a Colômbia (Tirado Mejía, 2014), têm surgido pesquisas inovadoras, com foco nas conexões internacionais dos movimentos de 1968 para compreender os casos nacionais. Muitas dessas pesquisas resultam de intercâmbio universitário, ou como teses de doutorado e pesquisas de pós-doutoramento na Inglaterra, na França e principalmente nos Estados Unidos, onde estudos internacionais têm sido incentivados, no contexto de globalização econômica e mundialização da cultura, também como aspecto da criação de centros de estudo voltados às mais diversas partes do mundo, sobretudo nas universidades americanas.

Essa tendência aos estudos internacionais e o uso recente do termo “*global sixties*” não significa que aquela época não tenha sido pensada desde logo em termos de conexões exteriores, até mesmo pelo senso comum conservador, que acusava por exemplo a esquerda brasileira de ser fantoche das emanções de Cuba, da China, da URSS ou dos estudantes de Paris. Ou pelos que detectavam a influência do governo dos Estados Unidos nos vários golpes militares na América Latina nas décadas de 1960 e 1970. Os limites do conceito de “*global sixties*” – que não é nativo, como diriam os antropólogos, mas criado sobretudo na academia americana, nos anos 2000 – têm sido reconhecidos pelos autores que o defendem. Eles admitem que se trata de “um subproduto inevitável da tendência em direção a uma história global” que tem predominado sobretudo nos estudos de história contemporânea, e indagam, por exemplo, se esse conceito não correria o risco de “impor uma falsa uniformidade a movimentos,

objetivos e formas culturais muito diversos e mais limitados local e regionalmente”, nos termos de Martin Klimke e Mary Nolan (2018, p. 3-4). Apesar disso, eles argumentam que se trata de uma “categoria heurísticamente útil e historicamente sugestiva”, acompanhando propostas como a de Eric Zolov (2014), organizador de uma publicação coletiva sobre a “América Latina nos anos 1960 globais”. Segundo ele, os “*global sixties* refletem uma aproximação conceitual nova no entendimento da mudança local dentro de um quadro transnacional, constituída por múltiplas correntes cruzadas de forças geopolíticas, ideológicas, culturais e econômicas. Essas forças produziram a simultaneidade de respostas análogas em contextos geográficos disparatados, sugerindo causas interligadas” (Zolov, 2014, p. 354).

A internacionalização no estudo do tema é, ao mesmo tempo, tanto uma demanda do objeto – já que as conexões internacionais eram muitas e complexas no contexto de 1968 –, como uma percepção típica do sujeito do conhecimento em nossos dias, afinal bem mais globalizados do que o momento de 1968. O lugar de onde se fala hoje – a universidade mundializada – favorece a mirada dos aspectos internacionais, mas corre o risco de perder de vista a especificidade daquele momento, muito fortemente marcado também pelas lutas de libertação nacional. Vários investigadores reconhecem esse aspecto, tanto que o subtítulo da coletânea do livro referido sobre os “60 globais” remete ao tema da “construção nacional” (Jian et al., 2018). A expressão “*global sixties*” tem a vantagem de condensar o foco nas conexões transnacionais, mas prefiro não a utilizar, para evitar o perigo do anacronismo e não perder de vista os condicionamentos locais específicos.

Independentemente de incorporarem ou não o conceito de “*global sixties*”, vários autores já apontaram anteriormente uma série de aspectos comuns, compartilhados pelos países em que ocorreram os movimentos de 1968, como a difusão multinacional de informações e espetáculos pelos meios de comunicação de massa, cada vez mais desenvolvidos e interconectados nas sociedades centrais e também naquelas em desenvolvimento, caso do Brasil. Esses aspectos transnacionais favoreceram o florescimento político e cultural de 1968 em toda parte, articulados às especificidades locais e nacionais de cada sociedade. Havia na época um processo de urbanização crescente e acelerado que consolidava culturas e modos de vida nas metrópoles, num contexto de diversificação das classes trabalhadoras e de aumento das classes médias, com acesso crescente ao ensino superior, quando os jovens passaram a ter um peso ímpar na distribuição etária da população, em parte como decorrência do *baby boom* posterior à II Guerra Mundial, desembocando numa crise no sistema escolar em escala planetária. O

avanço tecnológico – simbolizado pela chegada do homem à lua, ou pela sofisticação dos armamentos, incluindo os nucleares – modificava também o cotidiano das pessoas comuns, consumidoras de produtos como televisores e eletrodomésticos a que tinham cada vez mais acesso, bem como a mercadorias da indústria farmacêutica, que vendia por exemplo a pílula anticoncepcional em larga escala, permitindo mudanças de comportamento significativas. Vivia-se uma conjuntura de prosperidade, resultante de anos de desenvolvimento econômico em âmbito mundial, ainda que desigual e combinado com pobreza e subdesenvolvimento, em particular nos países do terceiro mundo. E os poderes constituídos – fosse no bloco ocidental capitaneado pelos Estados Unidos, ou no bloco soviético, ou nos países subdesenvolvidos – revelavam pouca capacidade de representar sociedades que mudavam rapidamente e faziam exigências crescentes de participação.

Esses aspectos comuns em escala mundial não explicariam por si só os diversos movimentos de 1968 em suas manifestações variadas de rebeldia e inconformismo, mas ajudaram a construir um terreno compartilhado mundialmente, no qual frutificaram respostas diferenciadas e criativas à situação em cada contexto específico, com ações culturais e políticas inovadoras. Aquele período foi caracterizado no mundo todo pela ascensão da ética da revolta e da revolução, com a recusa de guerras coloniais ou imperialistas, a busca do alargamento das possibilidades de participação política, a contestação da sociedade de consumo e dos poderes estabelecidos, a simpatia pelas propostas revolucionárias alternativas ao marxismo soviético, práticas de desobediência civil, mudanças comportamentais em busca de liberação pessoal dos constrangimentos do sistema capitalista ou comunista, aproximação entre arte e vida, cultura e política, enlace entre as lutas sociais e políticas abrangentes e os interesses imediatos das pessoas, o surgimento de experiências a anunciar o pacifismo, a defesa do meio ambiente, a antipsiquiatria, o feminismo, os movimentos de minorias étnicas, de homossexuais e outros que viriam a propagar-se nos anos seguintes. Todos os temas que merecem investigação em seus contextos locais e nacionais específicos, em conexão com a onda internacional.

Considerações finais

Este artigo buscou apontar inicialmente alguns questionamentos que vêm sendo feitos sobre a apropriação das lutas diversificadas de 1968 nos eventos de celebração que se repetem a cada dez anos em âmbito internacional, na mídia e na academia. A tendência criticada em estudos acadêmicos e obras memorialísticas é a de valorizar a incorporação institucional das reivindicações de 1968, que geraram

mudança dos costumes e da cultura em detrimento do caráter anti-institucional dos movimentos, críticos da ordem estabelecida no tempo da Guerra Fria. Em geral, celebram-se as reformas institucionais posteriores, com ênfase nas mudanças culturais e de comportamento gestadas na época, não raro esvaziadas de suas dimensões políticas, perdendo de vista a ligação indissociável entre cultura e política naquele contexto, marcado por experiências radicais que, no limite, colocavam em risco a própria vida dos agentes em luta por profundas transformações sociais, políticas, culturais, econômicas e existenciais.

O tema da institucionalização foi discutido, mostrando como lutas contra-hegemônicas tenderam a ser absorvidas pela ordem hegemônica, que incorporou aspectos das reivindicações para legitimar-se e reproduzir-se, fazendo, no entanto, concessões reformistas que tenderam a melhorar a vida cotidiana. Nesse sentido as lutas de 1968 ajudaram a gerar mudanças, independentemente das intenções originais.

Apontou-se, por fim, a tendência recente de analisar os aspectos internacionais que conectavam os movimentos de 1968 no mundo todo, não como mero pano de fundo para análises das especificidades locais, mas enfatizando as conexões transnacionais entre eles. O local, o nacional e o internacional estavam indissociavelmente entrelaçados, assim como a cultura e a política; as análises sobre 1968 tendem a ganhar densidade se levarem em conta a complexidade desses fatores inter-relacionados.

Ao entrevistar Cohn-Bendit no calor dos acontecimentos de 1968, Jean-Paul Sartre (2008, p. 17) afirmou: “o problema continua sendo o mesmo: pequenas conquistas ou revolução. Como você disse, tudo o que vocês fazem por meio da violência é recuperado pelos reformistas de uma forma positiva. A Universidade, graças ao que vocês fizeram, será melhorada, mas sempre dentro do marco da sociedade burguesa”

Essas palavras soam hoje premonitórias da institucionalização das lutas de 1968, particularmente na Universidade, mas ao mesmo tempo geram certo estranhamento por evocar a violência revolucionária. Elas devem ser tomadas no contexto da época, que nunca deve ser esquecido pelas análises: revoluções-políticas, existenciais, pacíficas ou armadas – colocavam-se no imaginário social como possibilidade imediata ou no horizonte, já com um sentido diferente da vaga influenciada pela experiência russa de 1917. Algo que quase se perdeu no presente, em outro contexto, após o fim da Guerra Fria. Tornou-se ainda mais difícil, a curto e médio prazo, mover-se fora da ordem do capitalismo financeiro mundial,

o que pode valorizar mudanças moleculares, embora dentro da ordem. Essa percepção, contudo, não deve apagar o sentido original das lutas diversificadas de 1968 no mundo todo – radicalmente questionadoras da ordem política, social, econômica e cultural estabelecida –, que continuarão pairando sobre o cérebro dos vivos enquanto persistirem sociedades desiguais e mercantilizadas que entravam o pleno desenvolvimento e realização dos seres humanos, utopia de que 1968 permanece um símbolo.

Referências bibliográficas

CANCELLI, Elizabeth. *O Brasil e os outros*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

CARDOSO, Irene. “Há uma herança de 1968 no Brasil?”. In: Garcia, Marco Aurélio; Vieira, Maria Alice (org.). *Rebeldes e contestadores 1968: Brasil/França/Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 135-142.

COHN-BENDIT, Daniel. *Forget 68*. Entretiens avec Stéphane Paoli et Jean Viard. Paris: L’Aube, 2008.

CORRÊA, Larissa Rosa. *Disseram que voltei americanizado: relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar*. Campinas: Editora Unicamp, 2017.

DUTSCHKE, Rudi. “Pedras são impotentes”. In: COHN, Sergio; PIMENTA, Heyk (org.). *Maió de 1968*. Rio de Janeiro: Azougue, 2008, p.74-89.

FERRY, Luc; RENAUT, Alain. *Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. São Paulo: Ensaio, 1988 [1985].

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GALVÃO, Walnice Nogueira. “Nas asas de 1968: rumos, ritmos e rimas”. In: Garcia, Marco Aurélio; Vieira, Maria Alice (org.). *Rebeldes e contestadores 1968: Brasil/França/Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 143-158.

GUILLEBAUD, Jean-Claude. *A tirania do prazer*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. [1998].

IBER, Patrick J. *Neither Peace nor Freedom: The Cultural Cold War in Latin America*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

JAREMTCHUK, Dária Gorete. *Horizon de l'exode : l'insertion d'artistes brésiliens à New York*. Paris:Brésil(s), v. 5, 2014, p. 105-124.

JIAN, Chen et al.(org.). *The Routledge Handbook of the Global Sixties: between Protest and Nation Building*. Londres: Routledge, 2018.

KLIMKE, Martin; NOLAN, Mary. Introduction. In: JIAN, Chen et al. (org.). *The Routledge Handbook of the Global Sixties: between Protest and Nation Building*. Londres: Routledge, 2018, p. 1-9.

LANGLAND, Victoria. Transnational connections of the global sixties as seen by a historian of Brazil. In: JIAN, Chen et al.(org.). *The Routledge Handbook of the Global Sixties: between Protest and Nation Building*. Londres: Routledge, 2018, p. 15-26.

LE GOFF, Pierre. *Mai 68, l'héritage impossible*. Paris: La Découverte, 2006. [1998]

MARCHESI, Aldo. *Latin America's Radical Left: Rebellion and Cold War in the Global 1960's*. New York: Cambridge University Press, no prelo.

MARKARIAN, Vania. *Uruguay, 1968: Student activism from global counterculture to molotov cocktails*. Berkeley: University of California Press, 2017.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Segredos de Estado: o governo britânico e a tortura no Brasil, 1969-1976*. Curitiba: Prismas, 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS, Daniel Aarão. Um passado imprevisível. In: REIS, Daniel Aarão Reis et alii. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 31-45.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. UNESP/FAPESP, 1993.

ROSS, KRISTIN. *Mai 68 et ses vies ultérieures*. Paris: Agone, 2010. [2002]

SARTRE, Jean-Paul; COHN-BENDIT, Daniel. A ampliação do campo do possível. In: COHN, Sergio; PIMENTA, Heyk (org.). *Mai de 1968*. Rio de Janeiro: Azougue, 2008, p.14-25.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política (1964-1969). In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 61-92. [1970]

TIRADO MEJÍA, Alvaro. *Los años 60 – una revolución en la cultura*. Bogotá: Penguin Random House, 2014.

TRAVERSO, Enzo. *Mélancolie de gauche– la force d'une tradition caché*. Paris: La Découverte, 2016.

VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WEBER, Henri. *Que reste-t-il de mai 68? – essai sur les interprétations des "événements"*. 2ª. edição. Paris: Seuil, 1998. [1988]

WESTAD, Odd Arne. Was there a 'global 1968'?. In: JIAN, Chen et al.(org.). *The Routledge Handbook of the Global Sixties: between Protest and Nation Building*. Londres: Routledge, 2018, p. xx-xxiii.

ZOLOV, Eric. *Latin America in the Global Sixties*. The Americas. Volume 70, n. 3, janeiro de 2014. p. 349-362.